

Das análises de “Barreiras à Entrada” de Bain para a contestabilidade perfeita: uma inversão metodológica na tentativa de unificação das teorias da organização industrial e de síntese com a microeconomia

Ana Maria Fontenele

professora do DTE/FEAAC/UFC e Doutora em Economia pelo IPE/FEA/USP

Introdução

Este trabalho trata do redirecionamento metodológico ocorrido nas Teorias da Organização Industrial (OI). Pelo estudo destas teorias, verificamos que da apresentação em sua origem como alternativa à tradicional Teoria Neoclássica dos Preços, a OI seguiu uma certa trajetória que levou os teóricos do *mainstream* em Economia a capturá-la encontrando-se, hoje, incorporada à Microeconomia. O campo da OI é aqui apreendido como um Programa de Pesquisa Científica e identificamos uma origem para este representada pelo trabalho de Mason (1939). A partir deste *marco teórico*, redesenhamos uma provável trajetória para facilitar a compreensão de seu *status* atual na academia. Apresentamos aqui, especialmente, um movimento detectado neste processo: da análise das barreiras à entrada nos trabalhos de Bain (e de seus seguidores) para a Teoria dos Mercados Contestáveis (TMC). Nossa hipótese é de que o caminho proposto por Bain (o método hipotético-dedutivo) e sua principal categoria teórica (as condições de entrada na indústria) possibilitaram o novo rumo tomado pela OI a partir do final dos anos 70.

Em um momento desta história (mais especificamente, a partir da década de 50), Bain tratou a categoria **barreiras à entrada** através de um conjunto de fatores que definiriam as possibilidades de ocorrência de lucros extras em firmas estabelecidas, sem, no entanto, se constituírem em atração para firmas ingressantes, ditas potenciais. Esta análise fazia parte de um programa de pesquisa desenvolvido pelo autor que seguia a lógica estabelecida na relação causal **estrutura - conduta - desempenho (E-C-D)**, inaugurado por Mason com o objetivo explícito de formalizá-la. Essa tentativa de formalização, através de um trata-

mento econométrico adequado às observações empíricas passaram, de uma maneira geral, a confirmar que a taxa de lucro - variável indicadora de performance - estava estatisticamente correlacionada ao grau de concentração de uma indústria - como indicador de estrutura do mercado.

Os trabalhos empíricos em OI iriam a partir daí¹, acompanhar a trajetória de evolução das técnicas em Estatística e Econometria, resumindo-se, basicamente, em análises de regressões *cross-section* para o exame das principais fontes de barreiras à entrada, ou seja, economias de escala, vantagens absolutas de custos, diferenciação de produto e elevados custos iniciais com capital².

A pesquisa de Bain concluiu que, de uma maneira geral, a ausência de barreiras à entrada seria incompatível com o exercício de poder de mercado no longo prazo, restringindo assim, o surgimento ou manutenção do monopólio. A competição potencial é vista em Bain, pela inexistência ou redução de barreiras erguidas pelas firmas estabelecidas numa indústria, através das ações e reações destas, expressas nas condições de entrada para firmas ingressantes potenciais.

Em um outro momento, mais precisamente no ano de 1982, Baumol, Panzar e Willig apresentam em livro uma análise sofisticada das barreiras à entrada, num modelo - com um nível bem maior de formalização quando comparado ao de Bain- que incorpora casos de entrada livre e sem limites, com saída sem custos, situação denominada '*contestabilidade perfeita*'. Este livro³ explicitava dois objetivos: primeiro, o de apresentar uma teoria formalizada e unificadora para a Organização Industrial; segundo, o de unificar a OI com a Microeconomia propondo um *status* teórico de modelo síntese⁴.

Manipulando teoricamente os conceitos de subadi-
tividade de custos, economias de escala no raio,
economias de escopo, etc., os autores trabalharam
com detalhes o conceito de *contestabilidade*, através
de uma abordagem teórica - a TMC - classificada,
considerando-se o modo de investigação e apresen-
tação, como teoria da 'Nova OI'. Uma das peças
centrais desta teoria constitui-se da ação máxima da
competição potencial, com o interessante resultado
que torna o monopolista puro tão inibido pelas
ameaças de entrada das ingressantes potenciais que
é levado a praticar o preço de um mercado perfeita-
mente competitivo.

O objetivo específico deste trabalho é o de expor
esta passagem do tratamento teórico prestado pelo
mainstream em Organização Industrial, representado
aqui pela pesquisa de Bain, para aquele apresentado
nas novas escolas da OI, aqui representadas pela TMC.
Para a análise deste processo, selecionamos a cate-
goria 'barreiras à entrada' vista nos dois momentos
teóricos citados: nos trabalhos de Bain e na sua impor-
tante presença para a TMC. A escolha dessa categoria
deve-se não somente ao fato de ela ser o elemento
central nessas duas orientações teóricas mas, tam-
bém, por considerarmos que foi exatamente a existên-
cia desta peça teórica chave que desencadeou o início
do processo de passagem da OI tradicional ou clássica,
para a Nova OI. Acreditamos ainda que a mudança
ocorrida no campo deveu-se principalmente às
questões relacionadas à validação de teorias no meio
acadêmico e, especificamente neste caso, ao papel
da política como um regulador do mercado.

O tratamento destas teorias será feito através da
leitura do método de investigação e apresentação
seguido por elas e pelas concepções de progresso do
conhecimento apresentadas por Kuhn (1987), Feyer-
abend (1989) e Lakatos (1979).

2. O método hipotético-dedutivo para apoiar
generalizações simples: os estudos cross-section de
Bain no exame das barreiras à entrada.

Bain faz sua opção metodológica logo no início do
prefácio do seu livro *Barriers to New Competition*
(1956):

"... este trabalho empírico tem se destinado a
testar as predições de uma teoria sistemática a
priori" (p. v, grifo nosso). Justifica a utilização
do esquema masoniano, ao reconhecer a
necessidade de se comprovarem as ligações
entre estrutura de mercado e performance,

principalmente no que diz respeito à importân-
cia que estas ligações possam ter para as su-
gestões de políticas públicas. O trabalho mate-
rializado nesse livro deveria então representar
claramente um esforço de dar uma continuida-
de às principais indicações de Mason, consigna-
das nas análises dos esquemas teóricos E-C-D,
expressos através de um Programa de Pesquisa
e de um Programa de Ação Política no sentido
de Lakatos (1979).

Bain realizou uma pesquisa pioneira, complemen-
tando seus estudos anteriores sobre concentração,
condições de entrada, e lucratividade, associando às
medidas de concentração a presença de barreiras à
entrada de novas firmas. Esta associação apresentava-
se como elemento explicativo da lucratividade e foi
investigada com base em entrevistas e questionários
dirigidos para vinte indústrias americanas da amostra,
além de dados de censos e relatórios.

O caráter e o significado das condições de entrada
são salientados através da ênfase sobre a força da
competição potencial, vista pela ameaça de entrada
de possíveis novos competidores na indústria. Este
reforço é justificado, uma vez que a maioria dos estu-
dos davam até então, uma maior importância - para
ele de "forma desproporcional" - à competição efetiva
entre as firmas já estabelecidas com leve atenção à
competição potencial. Esta atenção leve, às vezes ape-
nas se referindo à entrada fácil ou difícil, advinha do
tratamento deveras simplificado prestado a esta cate-
goria, pela teoria dos preços para mercados imperfei-
tamente competitivos ou não-atomizados. Como os
trabalhos empíricos eram, até aquele momento, guia-
dos por esse esquema teórico, não lhe davam, então,
a importância devida. Neste modo de expor e justificar
seus objetivos, o autor apresenta seu trabalho preten-
dendo em seus propósitos, um avanço teórico e um
progresso empírico.

Bain expõe suas razões para aprofundar as análises
teóricas anteriores sobre as condições de entrada,
através do papel que estas exercem para a organiza-
ção dos mercados:

".... acreditamos na influência substancial (das
condições de entrada) sobre o comportamento
e performance de mercado. A força da competi-
ção potencial pode ser vista como um regulador
de preços e produto de uma importância com-
parável à da competição efetiva" (Bain, 1956,
p.19, grifo nosso)

As razões para a investigação empírica são explicitadas pela necessidade de se conhecer o possível impacto esperado sobre a performance do mercado, advindo de mudanças nas condições de entrada (Op. cit., p. 19). Procurar respostas para estas questões justificaria, então, os testes empíricos o que levou o autor a elaborar uma teoria *a priori*, ou seja, um aprimoramento teórico como fonte para o conhecimento das prováveis consequências sobre a performance decorrentes da estrutura de mercado.

De uma forma geral, suas principais conclusões teóricas são apresentadas num contexto *a priori*, em três espécies distintas de situações para o oligopólio ou seja: quando a entrada é impedida de uma forma ineficaz, quando a entrada é efetivamente impedida, ou assim se torna, depois da atração à entrada de um número limitado de firmas e quando a entrada é de início já bloqueada ou se aproxima deste bloqueio, através de uma sucessão ininterrupta de valores que a impediam de forma não-efetiva.

Lembremos que naquele momento, a comunidade acadêmica interessada nos estudos da organização da indústria acreditava, de uma maneira geral, que a aceitação de uma teoria deveria passar, de algum modo, pela constatação de sua ação no real. Esta ação pode ser vista, do ponto de vista metodológico, através das diversas formas de avaliação teórica, ou seja, pela necessidade da confirmação ou do falseamento, ou de qualquer outra indicação do ponto de vista empírico. O método hipotético-dedutivo amplamente seguido no processo de avaliação e escolha teórica, em qualquer área da ciência econômica moderna, é construído com base nestas posições gerais diante do empírico e o processo de confirmação é tido como o principal guia. A idéia básica é de que a produção científica precisa obrigatoriamente submeter-se ao teste da experiência. A escolha deste teste, em Bain, é a busca de confirmações para suas predições.

Nessa onda, os trabalhos em OI aqui representados pelos estudos de Bain, buscavam, nos métodos baseados na indução, uma espécie de delimitação tipo *divisor de águas* que apartasse as teorias com base empírica - que, em princípio, se aproximariam do real retratando-o de alguma forma - daquelas embasadas na dedução, com a possibilidade de terem surgido das mais simples abstrações.

Apesar das limitações de dados, o critério de cientificidade para Bain é a verificação que se realiza através das observações do real e de seus tratos

estatísticos. Suas predições serão testadas de acordo com suas hipóteses. Estas até poderiam ser transformadas em teses ou verdades científicas, após sua confirmação. Cabe lembrar que a confirmação aqui tem o sentido pleno do seu conceito como categoria da metodologia. **Confirmar** não significa de nenhuma forma **provar**, o que é o mesmo dizer que 'não confirmar' não significa de nenhuma forma que a hipótese seja falsa.

Na exposição do conteúdo e organização do volume, Bain descreve exatamente os passos do método hipotético-dedutivo. As predições apresentadas são deduções lógicas gerais da teoria delineada, referindo-se às consequências de alguns tipos de condições de entrada logicamente possíveis e não propriamente a nenhuma espécie observada nas indústrias reais. É interessante também observar que a teoria *a priori* na qual se fundamenta Bain, é uma teoria operacionalizável no sentido de Samuelson. Suas predições são, de alguma forma, alusivas às situações que têm algum significado real, mesmo que não se refiram especificamente a nenhum caso especial. A partir da verificação, seriam desenvolvidas generalizações empíricas, no que diz respeito à medida e ao padrão das diferenças entre as condições de entrada para as diversas espécies de indústria. Finalmente, proceder-se-ia aos testes de associações das condições de entrada à performance, aceitando ou rejeitando essas associações (Bain, 1956, p.43). Bain acreditava que, apesar dos fatores limitantes, seria possível desenvolver um trabalho que valesse a pena apresentar para a discussão na comunidade acadêmica, com a pretensão de enfatizar, principalmente, as análises das regressões *cross-section*, com ricos resultados.

A capacidade que a grande empresa tem de modificar seu próprio ambiente faria parte destes resultados e seria de alguma forma expressa na relação entre estrutura e desempenho. Desta forma, a ação das firmas dentro de uma indústria ameaçada pela entrada potencial modifica o ambiente tanto interno como externamente, expressando as estratégias antes só vistas, nos modelos de oligopólio nas apresentações tipo Cournot. Apesar de seus testes não captarem este resultado, Bain intencionava utilizá-los para fazer sugestões de políticas públicas. Baseado nos resultados de seu estudo, limita suas sugestões à forma de como a política pública poderia tratar as condições de entrada para estimular uma competição praticável. O autor recomenda um cuidado especial

com tais políticas dada a possibilidade de ocorrerem efeitos adversos sobre a eficiência e estabilidade, efeitos estes às vezes imprevisíveis. Esta posição cuidadosa, no que diz respeito aos prováveis *efeitos colaterais* da intervenção, confere - contraditoriamente - aos formuladores de política pública, um poder extremo que é o de conseguir contabilizar os efeitos positivos com as compensações dos negativos.

A partir de uma análise global, Bain faz sua avaliação seguindo sempre a mesma estrutura de apresentação. Aponta sugestões de políticas quando existem barreiras por economias de escala, vantagens absolutas de custos das firmas estabelecidas, forte diferenciação de produto, etc.⁵ Ao fazer este exame, expõe claramente suas posições normativas pelo tratamento que dá às correções das razões efetivas que impõem a construção de barreiras à entrada. A intervenção sugerida por Bain é uma intervenção polida, no sentido de abrandada propositadamente para tomar uma dada forma - neste caso, a da competição praticável. Dentre as conclusões gerais que servem de fomento para sugestões de políticas públicas, Bain chama atenção para o fato de que a performance de mercado em indústrias altamente concentradas estariam em um nível melhor, do ponto de vista social, se estas não fossem protegidas por barreiras à entrada: *"Concentração elevada pode ser um fenômeno relativamente inócuo se as barreiras à entrada fossem reduzidas a um nível moderado"* (Op. cit. p. 218, grifo nosso).

Seguindo a linha dos trabalhos de Bain, os inúmeros estudos empíricos posteriores sedimentaram um tipo de orientação em OI, expressa pela necessidade de se testar empiricamente a relação entre uma variável indicadora de desempenho (como a variável dependente) e uma variável indicadora de estrutura (como variável independente), passando, então, a usarem as sugestões do autor de acrescentar ao nível de concentração, como variável-chave de estrutura, o nível das barreiras à entrada para fornecer a avaliação do poder de mercado de firmas em oligopólio. O manuseio repetido de dados empíricos, levaram os autores destes estudos a tratar, por exemplo, um índice (estimado) elevado de concentração, como sinônimo de existência de oligopólio e o estudo das relações expostas pelos resultados estatísticos, como explanação do funcionamento destes mercados concentrados.

Tudo se passava como se os resultados projetados estatisticamente falassem por si, criassem autonomia

e se confundissem na própria teoria. O exercício do processo de confirmação como etapa do método hipotético-dedutivo trabalhado por Bain, fase a fase, passou então a representar a fase importante da construção teórica onde os experimentos estatísticos eram variados pelas mudanças de setores em estudo, regiões, etc., que geravam novas hipóteses e, portanto, novos testes.

Em resumo, a inovação de Bain para o estudo da OI geralmente é associada ao tratamento das barreiras à entrada e análise das condições de entrada, eleita como a peça teórica central para o estudo das estruturas de mercado. Para isto, o autor introduziu a análise de seus determinantes em dois momentos distintos de sua investigação: aprofundando, no plano teórico, as hipóteses sobre seus determinantes - de onde sairiam predições testáveis - e buscando a confirmação empírica dessas predições⁶.

A investigação empírica em Bain fazia parte, então, de um programa de pesquisa claramente definido pela trajetória do autor. O processo de verificação completaria as fases de um método indutivo, onde as predições testáveis eram sugeridas por uma teoria *a priori* - que ele próprio sistematiza - com hipóteses indicadas pelo real para que se tornassem significativas.

Neste contexto, Bain trabalha, de alguma forma, o comportamento estratégico através de ações e reações das firmas estabelecidas e pretensas ingressantes, com a dinâmica inserida necessariamente nesse experimento teórico. É valioso observar que, neste aspecto, há uma diferença de qualidade na elaboração da pesquisa científica, quando se passa do teórico para a análise empírica, a qual, pela técnica estatística utilizada, fica impossibilitada de expressar essa dinâmica.

Devemos ainda salientar que, neste programa, os principais conceitos trabalhados por Bain para investigar o comportamento do oligopólio foram claramente retirados dos modelos de concorrência pura. De certa forma, estes constroem os modelos imperfeitos, agora, porém, com um toque operacional *a la* Samuelson. Assim é que as condições de maximização de lucros no curto e longo prazos, o lucro extra-econômico nas situações de atração de entrada, o aparente ganho de bem-estar social obtido pela ação de prevenir a entrada, quando as firmas estabelecidas chegam a renunciar a lucros extras no curto prazo e, ainda, vários outros comportamentos teóricos, criados

para a investigação dos principais determinantes de barreiras à entrada, acabam por desenhar também um mercado imperfeito agora, porém, (diferente de anteriormente em Chamberlin, por exemplo) possível de ser verificado.

A forte presença da concorrência potencial, aliada a alguma concorrência efetiva entre as firmas estabelecidas, reduziriam as injustiças da concentração. O mercado que dita o preço na concorrência perfeita é, então, substituído de maneira imperfeita, pela ação da firma líder que assim se torna, por estar em melhores condições. Passa-se então à idéia e magnitude de um preço-limite que forneceria alguma medida de quão imperfeita seria essa substituição. De alguma forma, o mercado perfeito atomizado é substituído por um mercado imperfeito cuja regra é ordenar a firma principal - a líder - a determinar um preço.

Trabalhar estas categorias com a intenção de criar alternativas à teoria tradicional gera uma certa insegurança, ao se tentar inovar diferenças entre conceitos, quando estas, muitas vezes não existem. O interessante é que esta é uma questão sempre presente no trato teórico alternativo do oligopólio. O preço de mercado é sinônimo de preço competitivo, referindo-se ao mercado atomizado, como se este fosse a única forma de organização possível porque a única desejável. As regras de determinação de preços de mercados em oligopólio têm especificações próprias todavia a forma de apresentação se faz como se tais regras não fossem frutos do comportamento de um mercado, mesmo que dominado por uma ou poucas firmas, com maneiras de agir, porque são ativas, totalmente diversas. Em Mason, os estudos de casos provocavam algum distanciamento desta questão, uma vez que iriam expor, ainda posteriormente, o delineamento do mercado concentrado. Em Bain, essa questão se mostra de maneira mais clara, uma vez que expõe as regras diferentes de determinação de preços, como se estas não se referissem ao preço de mercado e sim, ao oligopólio, um mercado pelo menos diferente. Em ambos os autores, a diferença é claramente a modificação do ambiente, provocada pelos agentes deste mercado, com uma evolução teórica adicional em Bain, ao assumir o comportamento estratégico comprovadamente presente nas estruturas concentradas.

A profusão de pesquisas posteriores semelhantes decorreram então da forte atração dos trabalhos

empíricos de Bain. A inovação, no que diz respeito ao trato empírico de variáveis que correspondiam às análises teóricas formuladas para possíveis predições, exerceu esse fator de atração sobre todos aqueles que questionavam a Microeconomia tradicional. Esta consequência, no entanto, conduziu a produção teórica em OI para um terreno perigoso, com o risco de aportar no campo minado de medidas sem teorias.

Esse ponto pode ser analisado, por exemplo, considerando a maneira pela qual os livros-textos⁷ abordam este momento da pesquisa em OI. Os autores dos livros-textos chamam atenção para as espécies de problemas mais freqüentes que poderiam ocorrer em *approachs* estatísticos que buscassem ser compatíveis com *ricas* concepções teóricas sobre o funcionamento da indústria. A partir daí, expõem pacientemente as medidas mais comumente utilizadas para a lucratividade como indicadora de performance, níveis de concentração e barreiras, como indicadores de estrutura e demais medidas para várias outras possíveis '*variáveis explicativas*'.

Aqui chamamos novamente atenção para a aparente autonomia que adquire o trabalho estatístico em si, o que nos levou ao alerta da medida sem teoria. A praticabilidade da utilização de um modelo - cujo poder de penetração na comunidade acadêmica é potencializado pela facilidade crescente na utilização de técnicas estatísticas e pelo uso elegante da econometria - faz com que o modelo em si, com sua técnica implícita, venha a ser o que importa. Generalizada essa prática, a discussão na academia passa a se caracterizar pelas avaliações da adaptação de amostras, pelos valores das medidas de precisão estatística, pela investigação pura e simples da regra funcional a ser estimada, pelas adições ou retiradas de argumentos que tornem os testes estatísticos mais precisos, etc. Passa então ao largo, a investigação acerca da própria causalidade indicada por essas regras matemáticas, levando a pesquisa em OI para longe de formulações teóricas que fortalecessem seu núcleo rígido, identificado pelo estudo da formação e modos de manutenção de estruturas concentradas de mercado.

O importante não é que as questões de causalidade, que representam a lógica do esquema teórico E-C-D, estivessem sendo desprezadas mas, sim, que esta discussão passava agora a limitar-se aos possíveis problemas advindos do nível de agregação da pesquisa, à possibilidade de se incluir um comportamento dinâmico, ao nível de confiança dos testes, à

constatação de coeficientes de correlação robustos, etc., distanciando-se, o pesquisador, muitas vezes, das próprias predições teóricas a que os testes deveriam dizer respeito.

No plano da construção teórica, o rumo que tomou a investida de Bain para a formulação de generalizações elegantes - e até certo ponto simples - a nível de indústria, via utilização de métodos econométricos, adaptou-se a uma necessidade de pesquisa empírica em Economia, juntamente com a ambição dos teóricos de captar, explicar e predizer o real do mundo que tem mercados dominados pela ação do oligopólio. A contraposição à Teoria Microeconômica tradicional faz com que os estudiosos da área se achem no dever de formular, como esta o é, uma teoria também elegante, também formalizada, também simples mas com alto poder de explicação e aproximação do real, objetivando um *status* elevado para ganhar o mercado dos *mainstreams*.

Nesse contexto, a Econometria oferece uma extensa, certa e refinada ferramenta, mas tudo indica que seu próprio uso intenso na área, com a ilusão do refinamento, expôs uma forte fragilidade. Seguindo este caminho, a OI constituiu-se uma teoria alternativa? Ou, como comenta Blaug, degenerou-se "*em um tipo de instrumentalismo sem pensamento*" (1993, p. 330) como normalmente ocorre na maior parte dos trabalhos empíricos na economia moderna?

É exatamente neste ponto que introduzimos nossa justificativa do porquê da mudança de rumo que toma a pesquisa em OI com a introdução da Teoria dos Mercados Contestáveis. Com a repetição dos resultados empíricos, a pesquisa fica sem atração. Foi neste ambiente de construção da OI que Baumol, Panzar e Willig apresentaram seus desenvolvimentos teóricos como unificação das Teorias da Organização Industrial e propuseram, através desses estudos, uma síntese com a Microeconomia. Para dar procedimento aos nossos objetivos, passaremos agora à análise de reconstrução metodológica da TMC.

Apresentando a Teoria dos Mercados Contestáveis pelos seus propósitos de teoria unificadora da Organização Industrial e de entrada ultra-livre como padrão normativo: uma reedição sofisticada dos benefícios do alto grau de competição

Em 1986, Baumol e Willig fizeram uma exposição do que eles consideravam as principais conseqüências

da apresentação da TMC que introduziram juntamente com John Panzar no livro de 1982⁸. Dentre os principais "*desenvolvimentos desde o livro*", Baumol e Willig focalizam quatro aspectos, ou seja, os avanços teóricos, os estudos econométricos que tratam com funções custo de firmas multiproduto, os estudos de simulação para verificar algumas características dos mercados contestáveis e, por fim, os desenvolvimentos políticos decorrentes deste conceito. Estas conseqüências dizem respeito tanto às sugestões teóricas quanto às repercussões práticas para as formulações de políticas, essencialmente com relação às políticas antitrustes.

Numa primeira apreciação, essa espécie de avaliação da TMC, era exposta para referendar os resultados considerados positivos, bem como para corrigir os prováveis resultados negativos (não sendo estes deduzidos, necessariamente, dessa análise teórica). O esquema desse artigo advém dos objetivos e propósitos da TMC apresentados também no discurso de Baumol para o 94º encontro da *American Economic Association* em 1981⁹. O autor apresenta a TMC como uma proposta inovadora sugerindo, nessa apresentação, uma reversão metodológica ao compararmos seu trabalho àqueles até então desenvolvidos em OI. Na proposta de modelo síntese, a nova teoria estava fincada num alto nível de abstração, comparáveis aos da Teoria Microeconômica tradicional.

Nossa análise segue aqui o esquema proposto pelos autores, e consiste basicamente da análise do processo de investigação e apresentação da teoria, procurando não nos atermos de forma profunda aos conceitos, desenvolvimentos e resultados teóricos em si, quando estes não forem fundamentais para nossa análise.

Ao apresentar a TMC Baumol (1982) expressa um entusiasmo e um prazer quase nunca ou pouco visto, num ambiente de discussão acadêmica: "*... devo resistir à tentação de descrever a análise que apresento aqui como algo semelhante a uma revolução*" (Baumol, 1981, p.1, grifo nosso). Logo em seguida, numa expressão que mais reforça do que enfraquece essa colocação, corrige: "*Talvez os termos 'rebelião ou 'levante' (uprising) adaptem-se melhor*".

Para Baumol, a TMC não é apenas uma teoria alternativa mas uma verdadeira teoria revolucionária no sentido *kuhniano* (Kuhn, 1987) procurando inclusive preencher o conceito de Programa de Pesquisa Científico *teórica e empiricamente progres-*

sivo adicionado ao fato de este conter um Programa de Ação Política também *progressivo* no sentido de Lakatos (1972). Esta concepção está exposta logo de início, pela utilização de termos-chaves. O autor se utiliza de metáforas do tipo: '*camaradas*', '*rebelar-se*', '*companheiros de armas*', '*causa comum*', etc., apreendidas dos manifestos e panfletos que projetam uma revolução social, para projetar sua análise como uma nova ordem teórica. Essa nova ordem não pretendia, nos seus propósitos, romper propriamente com as anteriores, mas sobrepor-se a estas com uma estrutura de análise pretensamente mais avançada. Com este linguajar, a TMC é posta como uma revolução teórica, anulando algumas propostas anteriores e procurando englobar outras, como podemos observar na seguinte colocação de Baumol:

"É tentador para mim, é claro, aceitar o ponto de vista de que nosso livro é o verdadeiro evangelho da rebelião e que as doutrinas publicadas por outros devem ser combatidas como heresias" (1982, p.1, grifo nosso).

Imediatamente depois, Baumol insere a TMC numa série de teorias, declarando-se em débito com seus predecessores - "*de Bertrand a Bain, de Cournot a Demsetz*" (alguns hereges?) - qualificando-a como avanço teórico e empírico relativamente a estas. Pelo tipo da apresentação, Baumol procura cumprir, em um momento, as condições de Kuhn para o progresso da ciência e as de Lakatos, em outro, para não restarem dúvidas acerca da superioridade de sua teoria. A la Feyerabend (1989), procura unificar o campo, através da TMC, tentando 'colar' no seu arcabouço teórico o que podia ser unido, dentre um conjunto de trabalhos motivados pelo lema de que "tudo vale", em nome do progresso da ciência¹⁰.

Os fundamentos desta nova proposta teórica são postos no Prefácio como uma resultante, aparentemente inevitável, de estudos avançados, realizados por diversos autores¹¹ em trabalhos elaborados cuidadosamente, com a prescrição da simplicidade para a criação de seus conceitos e relações econômicas que estes envolvem e que poderiam prover e prever fatos novos.

A empolgação dos autores é algo que chama atenção¹² tanto no que diz respeito à teoria em si e seus resultados para a prescrição da política pública, como no que se refere à forma de investigação e construção teórica, advinda de um processo interativo, qualificado como '*fonte constante de prazer e*

excitação para seus participantes'.

Baumol afirma a superioridade de sua teoria quando comparável à concorrência perfeita, às teorias do oligopólio e no que diz respeito às condições para ordenar os graus de desempenho dado a imperfeição dos mercados. Em substituição aos resultados do equilíbrio geral competitivo, considerado o padrão único de estrutura e comportamento para a maximização do bem-estar, a TMC fornece uma generalização do conceito de mercado perfeitamente competitivo, através do *mercado perfeitamente contestável*, com comportamento ótimo aplicável a qualquer estrutura industrial, incluindo o monopólio e o oligopólio. A contestabilidade perfeita, apesar de afastada do real, "*serve principalmente ... como uma referência para uma organização industrial desejável que é bem mais flexível, e de aplicação bem mais ampla, que aquelas disponíveis até o momento*" (Baumol, 1982, p.2).

Atingir o ótimo não seria então, resultado exclusivo para mercados perfeitamente competitivos, reduzindo-se a eficiência alocativa à medida que se reduz o número de firmas na indústria. Qualquer mercado contestável poderia comportar-se de forma a obter os resultados ideais, embora possa não necessariamente ocorrer para todos os oligopólios e monopólios nos mercados reais. A este respeito, assevera Baumol:

"O oligopólio contestável que atinge um equilíbrio que o imuniza de incursões de firmas ingressantes, tem somente uma única opção de preços - deve determinar seus preços ao nível do custo marginal e agir da forma requerida para a obtenção do ótimo" (Op. cit. p.2, grifo nosso).

Com um esquema de análise baseado nesse ambiente, a TMC busca - pela limitação do poder de monopólio implícito no significado da contestabilidade - expandir o domínio da mão invisível, complementando os objetivos centrais para os quais ela foi formalizada, como o próprio Baumol expõe nas conclusões de seu discurso:

"(a nova teoria)...pretende oferecer nada menos do que uma teoria unificadora como fundamento para a análise da organização industrial. Permite o reexame dos domínios da mão invisível, produz contribuições para a teoria do oligopólio, fornece um referencial mais abrangente e amplamente justificável do que a teoria da concorrência perfeita para a política econômica, e leva a uma teoria que

analisa a determinação da estrutura da indústria endógena e simultaneamente à análise de outras variáveis mais tradicionalmente tratadas pela teoria da firma e da indústria" (1982, p.15)¹³.

Neste momento, chamamos atenção para a posição pretendida pela TMC, com relação à Teoria da Concorrência Perfeita e às Teorias da OI. A concorrência perfeita é vista através de seus resultados ótimos e suas firmas tomadoras de preços. As Teorias da OI - as quais os autores da TMC chamam de '*padrão*' - referem-se, basicamente, nestes trabalhos, à análise de Bain e à ligação causal entre estrutura e desempenho da indústria. Seguindo a montagem teórica da TMC, a hipótese de firma tomadora de preços, é substituída pela rápida entrada livre e saída sem custos. A análise das barreiras à entrada de Bain é substituída pela máxima contestabilidade do mercado e determinação endógena da estrutura industrial, que poderia inclusive reverter a relação causal entre estrutura e desempenho.

Existe ainda a ruptura com a linha metodológica da OI através de um retorno à abstração da Teoria Microeconômica tradicional com pressupostos declaradamente irreais mas com uma '*enorme*' capacidade de fornecer *insights*, tanto para novos desenvolvimentos teóricos como para previsões de fatos, inclusive através de trabalhos empíricos. Vamos direcionar o restante de nossa análise para estes aspectos da TMC, uma vez que são estes, também, os privilegiados pelos seus autores, que sempre se referem à uma *nova* teoria, e às antecessoras, como as *velhas* teorias.

Quanto à endogeneidade da estrutura industrial, por exemplo, as *velhas teorias* são assim apresentadas na seguinte passagem de Baumol:

"Na teoria mais velha, a natureza da estrutura industrial não era geralmente explicada pela análise. Era de fato, dada exogenamente, com os fatos determinando, aparentemente de forma meticulosa, que uma indústria seria organizada sob a forma de oligopólio, outra como monopólio, e uma outra como competidores monopolistas. Supondo que este destino tenha sido de alguma forma revelado, a análise mais velha passou a investigar as consequências, da estrutura industrial dada exogenamente, para a determinação de preços, produtos, e demais decisões" (Op. cit. p. 3).

As *novas* análises, contrapõe o autor, são radical-

mente diferentes quanto a este aspecto:

"Em nossa análise entre outras, uma estrutura industrial é determinada explicitamente, endogenamente, e simultaneamente com os preços, produtos, publicidade, e demais decisões das firmas das quais (a indústria) está constituída. Esta, talvez, seja uma das melhores contribuições das novas análises teóricas" (Idem, p.3).

O desenvolvimento dos principais conceitos, baseados nos quais foi construída a nova teoria, é apresentado no livro de Baumol, Panzar e Willig (1982), pela *Introdução* escrita por Bailey salientando a importância dessa produção teórica, colocando o livro como a construção dos fundamentos de uma nova teoria para a organização industrial, com potencial para gerar uma verdadeira '*transformação*' do campo e acarretando muito mais possibilidades de aplicações para o mundo real. Estava iniciada, assim, uma transição para uma nova teoria em OI que poderia "*encerrar a riqueza e amplitude do mundo real e ao mesmo tempo conservar um forte apoio em teoria*" (p.viii).

De uma forma simplificada, a TMC estuda as conexões de três ordens de fatores: as características das técnicas de produção disponíveis, a dimensão do mercado e a concorrência potencial. Esta conexão é construída visando fundamentar contribuições teóricas que objetivassem, especifica e principalmente, a determinação endógena da estrutura de mercado, a formalização analítica do papel da concorrência potencial, a extensão da ação da mão invisível para solucionar problemas de alocação intertemporal de recursos e a análise de indústrias compostas por firmas multiprodutos, examinando as características inerentes das técnicas produtivas associadas às referidas firmas. Estes objetivos foram unidos em torno do conceito de contestabilidade. Mas, por que contestável?

Contestar significa "lutar, discutir, questionar, competir, rivalizar, disputar". Daí, ser este, então, o termo apropriado para compor uma teoria que pudesse, por exemplo, examinar "*o número requerido de firmas para produzir o vetor de produtos da indústria, ao mínimo custo, dadas as características de suas funções custos*" (Baumol et al., 1982, p.xix) num ambiente em que a competição potencial representasse um papel preponderante. Esta análise foi apresentada inicialmente com uma conotação, até certo ponto, normativa, uma vez que explicava o

caráter da estrutura industrial ditado pela eficiência produtiva.

A utilização dos conceitos envolvidos na noção de contestabilidade fundamenta a análise da estrutura de mercado, principalmente no que se refere à determinação do grau de concentração da indústria e ao nível de eficiência. As firmas daqueles setores que conseguissem, por exemplo, aproveitar economias de escala e escopo teriam possibilidades de alterar a estrutura de mercado em que operam, podendo torná-lo mais concentrado. No limite, o monopólio natural poderia ocorrer quando a eficiência econômica exigisse que apenas uma firma dominasse a indústria. Operando seus conceitos, a TMC procura identificar a configuração da estrutura industrial que é eficiente - nos termos da teoria tradicional, se monopólio, oligopólio ou concorrência perfeita - para a produção do vetor de bens consistente com a dimensão do mercado em análise¹⁴.

Numa caracterização simples e geral, o que orienta a teoria da contestabilidade é a força da competição potencial representada pela possibilidade de entrada reversível, sem custos. Esta idéia, aliada aos demais conceitos, criou um mercado idealizado com aplicação para um **mercado perfeitamente contestável** onde a entrada é livre e a saída é sem custos, e as firmas podem ser caracterizadas por economias de escala e escopo mas não têm barreiras à entrada (Baumol, et al. op. cit. p. xx).

Para a caracterização mais completa dos mercados perfeitamente contestáveis, supõe-se que as ingressantes enfrentam o mesmo conjunto de técnicas produtivas e demandas de mercado que as firmas estabelecidas. Neste aspecto, as novas firmas não enfrentam, portanto, nenhuma desvantagem com relação àquelas já estabelecidas. É exatamente para representar esta condição, que os autores usaram a expressão '*liberdade de entrada*'. Obviamente, para um mercado deste tipo não devem existir impedimentos legais para entradas e saídas de firmas na indústria. A saída sem custos associa-se, também, a inexistência de custos irrecuperáveis (*sunk costs*). Devido a essas características, o mercado contestável não necessita, como na concorrência perfeita, ser formado por um grande número de firmas. Pode, inclusive, conter uma única firma em monopólio, firmas em oligopólio e duopólio ou, até mesmo, inúmeras pequenas firmas iguais. Este configura-se no caso particular da TMC ou seja, a concorrência perfeita

que é, necessariamente, perfeitamente contestável.

Pela forma como foi construída a TMC e pela apresentação clara de seus objetivos, seus autores intencionavam torná-la uma teoria única, englobando os principais resultados de dois campos de estudo em disputa, ou seja, a Teoria Microeconômica tradicional e as Teorias da Organização Industrial, guiadas pelo norte dos modelos que sugeriam e assumiam a cadeia E-C-D. À cada passo dessa construção, feita claramente com um alto nível de abstração, a TMC passa a utilizar, gradativamente, um elegante conjunto de relações entre variáveis e apresentações gráficas das mais sofisticadas.

Através dos conceitos para firmas multiproduto, procura englobar a análise tradicional, inclusive o seu principal resultado ou seja, o padrão normativo do equilíbrio competitivo, como um caso especial. Tudo isso é feito com provas para as mais diversas proposições, determinação das medidas, etc., numa apresentação ao mesmo tempo sofisticada e simples, porque perfeitamente compreensível para aqueles que freqüentam e debatem este campo acadêmico. Com tantas medidas sugeridas e gráficos atrativos, a TMC passa a ganhar espaço e prestígio nos principais centros de estudos de economia americanos e invade os centros seguidores nos demais países.

A justificativa para essa aceitação é dada a la Friedman (1981), num instrumentalismo claro no que se refere à não obrigatoriedade do realismo dos pressupostos e do critério prevalecente para a teoria, ou seja, o de fazer predições. Rica em conceitos - já anteriormente¹⁵ consagrados na academia - com vida própria, podendo ser analisados fora do contexto de mercados perfeitamente contestáveis, a TMC traz intrinsecamente à sua formação uma bagagem lotada de *insights* e projeta-se como uma teoria se não unificadora pelo menos frutífera, o que em Economia é um passo necessário, embora nem sempre certo ou suficiente, para sua aceitação.

Ligado fortemente a esse retorno metodológico, existe um forte apelo normativo no que diz respeito às sugestões de políticas públicas, fincadas na justificativa de estruturas concentradas inclusive, para o monopólio natural. Estas estruturas poderiam ser apresentadas como configurações eficientes, as quais não deveriam ser importunadas com intervenções, sob o risco de injetarem ineficiência no mercado. Quanto à sobreposição às teorias da OI, a TMC apresenta-se não somente como uma teoria alter-

nativa mas também com um rompimento com a linha metodológica até então seguida para a análise da organização industrial. A TMC reverte também as sugestões de políticas públicas para abrandar a concentração.

Pelos agradecimentos e referências bibliográficas, as Teorias da OI a que Baumol *et al.* fazem alusão, dizem respeito essencialmente às análises de Bain que é com certeza o referencial. A peça central é em ambas as orientações teóricas, o papel da competição potencial expressa pela análise das barreiras à entrada - por sua presença ou por sua ausência total - fundamentais num caso e no outro.

Bain trabalha a categoria barreiras à entrada em busca da **competição praticável** via redução de suas alturas, por meio de políticas públicas, bem como a provável ausência de intervenção quando essas barreiras não existem. Sua análise salienta o papel da competição potencial, tendo em vista uma dada estrutura de mercado que prevê, como resultante, uma provável performance.

A endogeneidade apregoada pela TMC, já vem carregada de vários de seus resultados. Uma vez definida a configuração factível e sustentável, com o apoio da pressão todo-poderosa da competição potencial, expressa pela liberdade de entrada e saída sem custos, justifica-se o monopólio, ou o duopólio, ou o oligopólio ou a própria concorrência como consequência endógena das decisões conjuntas, mostrando as estruturas concentradas de um mercado, se perfeitamente contestável, despossuídas dos *poderes maléficos* que impregnavam a análise tradicional e a própria OI, principalmente em sua origem.

Dessa forma, a mão invisível, tentando corrigir seus descuidos causadores da concentração perniciosa devido à incapacidade de promover a melhor alocação intertemporal de recursos, determinaria um comportamento para as firmas concentradas, ameaçadas pela entrada potencial garantida, inclusive do tipo *hit-and-run*. A mão, novamente invisível, estende então seus dedos para um arranjo com as ingressantes potenciais, de modo a obrigar as firmas estabelecidas a agirem como concorrentes perfeitos, aproximando o preço do custo marginal numa configuração eficiente.

Para nós, está claro que os autores da TMC levam ao extremo o conceito de mercado como melhor alocador de recursos, ao ampliarem o domínio da mão

invisível. Isso é feito através de um rearranjo teórico, onde a competição efetiva é determinada pela competição potencial quando condicionantes externos dominam os internos. Dessa forma, as indicações comportamentais são entendidas, em nossa apreensão, para justificar as normativas.

Esta discussão leva-nos, de forma inevitável, à avaliação das sugestões de políticas públicas, tendo em vista os critérios de promoção do bem-estar. Referidos critérios são diretamente decorrentes das propriedades e definições da TMC, dentre as quais destacamos como essencial a liberdade de entrada e saída numa indústria - com o reforço da vulnerabilidade tipo *hit and run* - dirigindo as forças da competição. Adicionadas a estas, as demais características (lucros normais, inexistência de ineficiências, etc.) reforçam as conclusões para as futuras sugestões de políticas. No caso-limite, quando a entrada e saída são completamente livres, monopolistas e oligopolistas estabelecidos numa organização industrial, podem prevenir a entrada, mas "... eles só poderão fazê-lo comportando-se *virtuosamente*, isto é, fornecendo para os consumidores, os *benefícios* que a competição por outro lado, traria. Qualquer desvio do bom comportamento instantaneamente torna-os vulneráveis à entrada *hit and run*" (Baumol, 1982, p.14, grifo nosso).

De nossa apreensão da TMC, um alto nível de concentração numa indústria poderia então indicar uma virtude e não o contrário. As sugestões de intervenção via políticas públicas para mudar a estrutura da indústria, seriam, nestes casos, consideradas nocivas ou mesmo antisociais. A *virtude* é então caracterizada, pela comparação dos resultados (sinônimos de *benefícios*) com os do equilíbrio competitivo que no final - de uma forma ou de outra - permanecia na nova teoria como o verdadeiro padrão normativo.

Estas conclusões advindas da TMC e expressas em várias oportunidades pelos próprios autores, levaram à crença de uma posição contrária ao intervencionismo. É claro que, para mercados perfeitamente contestáveis, esta teoria afirma que vários problemas poderiam ser resolvidos por um mecanismo de mercado nela enriquecido e potencializado, pela competição potencial severa que *vigia* a competição efetiva. Baumol e Willig (1986) respondem a estas colocações numa apreciação geral, que re colocamos aqui:

"A teoria da contestabilidade não dá sustentação seja para os intervencionistas extremos

seja para os não-intervencionistas extremos. Acreditamos que a ação antitruste e a regulação têm papéis importantes a desempenhar, e que a teoria da contestabilidade pode ajudar a identificar e enfatizar aqueles papéis e dessa forma beneficiar o público" (p.10).

Há presente aqui uma questão inerente à atribuição de uma formulação teórica como um instrumento. Os desenvolvimentos gerados pela TMC por exemplo, foram amplamente integrados nos debates sobre a desregulamentação¹⁶ da economia americana, mesmo que seus autores negassem esta como uma de suas intenções. A forma sob a qual a TMC foi apresentada, indicando uma reversão na natureza das políticas econômicas, quando comparada à tradicionalmente tratada pela OI, induziu as conclusões de não-intervencionismo. Acreditamos que isso foi decorrência dos propósitos da TMC desde sua origem, dentre eles, o de superar a Teoria Microeconômica tradicional inclusive no que dizia respeito ao padrão normativo, representado pelo equilíbrio geral competitivo, através dos mercados perfeitamente contestáveis.

Esses objetivos foram trabalhados sob a ótica da mesma linha metodológica da Microeconomia tradicional, adicionado ao comportamento maximizador da firma que garantia um processo de seleção natural em economias descentralizadas, levando à configuração de estruturas de mercado eficientes no longo prazo. Este processo de construção teórica levou a determinação de um (novo) padrão normativo, agora representado pelos mercados perfeitamente contestáveis considerados *'muito mais prováveis'* de ocorrer, segundo seus criadores.

Ao examinar a TMC, observa-se a impossibilidade de uma revolução teórica no sentido de Kuhn. Os cientistas aqui dispõem dos mesmos instrumentos metodológicos daqueles utilizados pela teoria tradicional e, no fundo, dos mesmos objetivos. O passo inicial para a investigação, deveria ser dado por uma *situação-problema* a qual Kuhn denominava de *quebra-cabeça*. A solução, no caso da TMC, vem da mesma linha teórica enriquecida por novos conceitos só adaptáveis às economias modernas, concentradas, fatos estes não previstos pela Micro tradicional. À esta, foram então adicionados os conceitos novos de economias de escopo, economias de escala no raio, subaditividade de custos, etc., referentes às firmas multiproduto, firmas reais. Uma solução para um

quebra-cabeça kuhniano, não significa, no entanto, uma revolução teórica. Aqui, se configuraria, ainda, o processo de refinamento da ciência normal, nesse caso, da Microeconomia.

A comunidade acadêmica foi novamente agraciada com um corpo teórico sofisticado que teve uma ampla repercussão tanto nas simulações teóricas para mercados (provavelmente) contestáveis, como em trabalhos empíricos para a verificação de seus conceitos¹⁷. Repercutiu também fortemente na renovação do poder de mercado exposto de forma magnificada pela força extrema da competição potencial.

Foi assim resgatada para a ciência econômica quando objetiva a análise da organização dos mercados, a capacidade de provas matemáticas e gráficas, a utilização de proposições para serem verificadas pelo simples trato matemático das relações que as determinam e a indicação para um 'relaxamento' no que dizia respeito à intervenção, uma vez que *"o domínio (do mercado) deixa(va) de ser um problema"* (Shepherd, 1992, p.52).

As barreiras à entrada como centro da análise para a determinação da estrutura industrial: algumas notas conclusivas

Da análise de Bain para a da TMC, delineia-se uma mudança dos rumos do que chamamos Programa de Pesquisa Científica em Organização Industrial. Enfatizamos que a chave que desencadeou a formação da TMC, foi o tratamento dado por Bain a uma categoria de sua pesquisa teórica, ou seja, a análise das barreiras à entrada através da investigação dos determinantes das condições de entrada de novas firmas numa indústria concentrada. As condições de entrada eram ali decorrentes da situação das firmas estabelecidas na indústria - concorrência efetiva - comparada à situação das prováveis ingressantes, pela análise e pela medida da força da concorrência potencial com a estrutura da indústria sendo determinada exogenamente.

A TMC criou um ambiente novo para o trato da concorrência potencial numa indústria cuja configuração da estrutura é determinada endógena e simultaneamente aos vetores de preços, produção e demais decisões de firmas multiproduto. No plano conceitual, incorporou a utilização de novas categorias de análise determinantes para a formação dessa abordagem teórica. A idéia de contestabilidade é criada pelo exame das condições de entrada, levadas ao extremo da entrada livre e sem limites, com saídas

sem custos. Este extremo é expresso pela materialização teórica dos mercados perfeitamente contestáveis que apresentam resultados ótimos possíveis para qualquer configuração industrial eficiente, inclusive para estruturas concentradas seja ao nível de monopólio, oligopólio, duopólio ou, no caso especial, para a concorrência perfeita¹⁸.

O modelo e a determinação do equilíbrio na TMC são tipo *Bertrand-Nash*, onde a entrada acontece mais rapidamente do que as alterações de preços das firmas estabelecidas sem condições de reagir à entrada das prováveis ingressantes. Uma das principais críticas, está baseada nesta hipótese de não reação das firmas estabelecidas e na eficiência estática que ignora o progresso técnico. Os resultados são previstos para uma dada tecnologia, sem abrir espaço às estratégias de crescimento das firmas.

Pela análise de Bain, o exame das condições de entrada numa indústria concentrada deveria ser um dos principais alvos dos formuladores de políticas públicas que objetivassem uma competição praticável e um mais elevado nível de bem estar. A intervenção é uma decorrência desta análise e é tratada de forma clara pelo autor, o que procuramos reproduzir na reconstrução de seu esquema teórico e da metodologia que este seguiu.

O ponto crítico da análise de Bain e de todos os trabalhos que seguem a linha de pesquisa que adotou, se refere à medida das barreiras, detectadas pelo exame das condições de entrada numa indústria, qualquer que fosse seu nível de concentração. Além do mais, o estudo da competição potencial foi sempre tratado de forma delicada, podendo trazer, já nos objetivos da pesquisa, uma análise impregnada pela visão de mundo dos autores. Isso se deve ao fato de que, em uma certa medida, poderia se deslocar a questão da concentração em si, expressa pela concorrência efetiva, para a possibilidade de entrada de novas firmas, reforçando o papel da competição potencial. Um tratamento cuidadoso poderia então evitar que a teoria, daí formulada, fosse degenerativa já no seu princípio, transparecendo unicamente as questões normativas.

As condições exógenas que eram incorporadas na natureza da indústria em Bain, assumem um papel apenas coadjuvante na TMC. Já os fatores endógenos, que muitas vezes eram associados apenas à formação de barreiras voluntárias, móveis, expressões do grau de concentração da indústria, reclamam o papel

principal. A endogeneidade é associada simultaneamente às condições de custos e produção, num processo de ação das firmas estabelecidas ameaçadas, ao máximo, por firmas ingressantes às quais eram fornecidas todas as condições de entrada, caso houvesse atração. Tal processo implicava uma configuração eficiente da indústria concentrada, com firmas agindo (novamente!) competitivamente.

Sem o domínio de mercado se perderia a indicação de intervenção de qualquer espécie. Os autores da TMC são, no entanto, cuidadosos, recomendando estudos meticolosos dos níveis de contestabilidade dos mercados-alvos, caso a caso (Baumol e Willig, 1986, p.12). Cria-se, conseqüentemente - e mais uma vez, inevitavelmente! - um novo padrão normativo reeditado com elegância ímpar, através de relações sofisticadas e expressões gráficas das mais belas, jamais vistas no campo teórico da OI. A TMC constitui-se de um trabalho sofisticado, com firmas multiproduto maximizadoras de lucros, agindo através da análise de suas condições de custos e produção e suas restrições tecnológicas. Reedita-se, o comportamento maximizador, que faz parte da heurística negativa do Programa de Pesquisa Neoclássico, fortalecendo seu núcleo rígido.

O caminho teórico seguido pelo que se denominava de Teorias da OI, faz uma curva, sai da estrada da indução, das hipóteses fundamentadas no real, em busca do caminho metodológico inicial da Teoria Microeconômica, embasado na dedução. A pesquisa empírica surge como figurante, que expressa as verdades já elaboradas na abstração e que seus autores chamam de análise comportamental.

A análise das barreiras à entrada passou a exigir estudos adicionais tratando com o comportamento estratégico das firmas para um novo exame dos fatores que originam essas barreiras, mostrando como medilas, como se identifica e se determina a força das ingressantes potenciais ou como se efetiva a entrada de novas firmas, etc.

Ao nosso ver foi a investigação destas questões, tendo como núcleo o comportamento maximizador da firma, que levou alguns estudiosos a utilizar o instrumental da Teoria dos Jogos e aplicá-lo à análise do comportamento das firmas num jogo estratégico. Apresentaremos esta análise num trabalho posterior¹⁹.

Bibliografia

BAIN, Joe S., *Industrial Organization*, 2nd ed.. New York. John Wiley & Sons, 1968.

- _____, Barriers to New Competition: their character and consequences in manufacturing industries. Cambridge. Harvard University Press, 1962.
- BAUMOL, William J. & WILLIG, R.D., "Contestability: development since the book". Oxford Economic Papers, Oxford, vol.38, pp.9-38, nov./1986, suplement.
- BAUMOL, William, PANZAR, John C. & WILLIG, Robert D., Contestable Markets and The Theory of Industry Structure. New York. Harcourt Brace Jovanovich, Inc, 1982.
- BAUMOL, W.J., "Contestable markets: an uprising in the theory of industry structure". American Economic Review, vol.72(1), 1982.
- BLAUG, M., A Metodologia da Economia, ou como os Economistas Explicam. São Paulo. Edusp, 1993.
- CALDWELL, B.J., Beyond Positivism: Economic Methodology in Twentieth Century. Londres. George Allen and Unwin, 1984.
- FEYERABEND, P., Contra o Método. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1989.
- FRIEDMAN, M., A Metodologia da Economia Positiva. Rio de Janeiro. Edições Multiplic, 1981, ano 1, (n.3).
- JACQUEMIN, Alexis, The New Industrial Organization: Market Forces and Strategic Behavior. Oxford. Oxford University Press, 1987.
- KUHN, T.S., A Estrutura das Revoluções Científicas. 2ª ed. São Paulo. Editora Perspectiva, 1987.
- LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A. (Eds.), A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. São Paulo. CULTRIX/EDUSP, 1979.
- MASON, Edward S., "Price Production Policies of Large-Scale Enterprise". American Economic Review, XXIX(1), pp.64-71, Mar./1939, suplemento.
- MCCLOSKEY, D.N., The Rhetoric of Economics. Madison. The University of Wisconsin Press, 1985.
- SAMUELSON, P.A., "Problems of methodology - discussion". American Economic Review, vol.53, pp.231-6, may/1963.
- SCHERER, F. M. & ROSS, D., Industrial Market Structure and Economic Performance. 3ª ed. Chicago. Rand McNally & Co, 1990.
- SHEPHERD, W.G., "Contestability vs. Competition", American Economic Review, vol. 74(n.4), set./1984.
- _____, "Theories of Industrial Organization". IN: FIRST, Harry & FOX, Eleanor M & PITOFKY, Robert (eds.), Revitalizing Antitrust In Its Second Century: essay on legal, economic, and political policy. New York. Quorum Books, 1991. pp.37-66.

Notas

Este artigo refere-se ao Capítulo 6 da tese de doutorado intitulada: Progresso e Método na História das Teorias da Organização Industrial. A autora agradece aos professores Elizabeth Farina, Ana Maria Bianchi, Sérgio Buarque de Holanda, João Sayad, Eduardo Guimarães e Sônia Dahab pelas valiosas críticas e comentários.

1 Leonard W. Weiss (1971) fez um levantamento de 54

estudos estatísticos nesta linha. Para referência, veja, por exemplo, dentre os inúmeros 'surveys' que existem sobre o assunto: Weiss, L.W., "Quantitative Studies of Industrial Organization" in Michael D. Intriligator (ed.), *Frontiers of Quantitative Economics*, Amsterdam: North-Holland, 1971. Weiss, L.W. "The Concentration- Profits Relationship and Antitrust" in Harvey J. Goldshimid *et al.*, (eds.), *Industrial Concentration: The New Learning*, Boston: Little, Brown, 1974.

² Embora amparado no esquema de análise masoniano, os trabalhos originais de Bain, de uma certa forma, afastaram-se de alguns de seus princípios. Primeiro, porque o elo comportamento da rede causal não se apresentava, de forma explícita, em seus trabalhos; segundo, porque Bain priorizou a busca de generalizações através das técnicas de investigação empírica mais avançadas, já disponíveis à época, diferenciando-se portanto, dos estudos de casos de Mason. Objetivando as generalizações, a relação a ser testada entre estrutura e performance passava a ser sugerida por uma teoria *a priori*. Desta forma, o autor inaugurava, explicitamente no campo da Oi, a prática fornecida pelo método hipotético-dedutivo para a investigação científica, exposta nos seus e em inúmeros outros trabalhos econométricos *cross-section* que a estes sucederam.

³ Intitulado "Contestable Markets and The Theory of Industry Structure".

⁴ Este livro constitui-se, mais propriamente, de uma síntese preparada por estudos aprofundados dos inúmeros artigos escritos pelos próprios autores sobre o assunto, bem como os de Elizabeth Bailey (1981), de onde capturaram os conceitos de subaditividade de custos, economias de escala no raio, economias de escopo, etc., imprescindíveis à construção teórica em processo.

⁵ Não é nossa intenção analisar todos os resultados empíricos de Bain mesmo porque estes estão apresentados com seus detalhes nos livros do autor. Cabe-nos, portanto, de acordo com nossos objetivos, apenas a análise do seu processo de construção científica.

⁶ Essa orientação é oriunda de alguns trabalhos anteriores de Bain. Em "A Note on Pricing in Monopoly and Oligopoly" de 1949, o autor expõe sua primeira teoria do preço-limite, numa investigação acerca da formação de preços em oligopólio. Neste caso, a ameaça à entrada impunha um limite superior para os preços, determinados num nível em que as firmas líderes se sentissem protegidas da atração à entrada de novas firmas, ingressantes potenciais. Dessa forma, as firmas se aproximavam do preço competitivo, maximizando lucros a longo prazo.

⁷ Veja por exemplo, Scherer et al, 1990, capítulo 11, p. 413.

⁸ O livro que apresenta a TMC, traz também a colaboração essencial de outros autores para a elaboração dos conceitos em que se baseiam algumas de suas conclusões, dos

quais são especialmente citados Elizabeth Bailey, Dietrich Fischer e Herman C. Quirnbach.

⁹ Publicado na AEA em março de 1982.

¹⁰ Para uma leitura mais profunda acerca destes critérios veja os livros dos respectivos autores apresentados na nossa bibliografia além do resumo feito pela autora na tese de doutorado já indicada.

¹¹ Dentre estes, são citados: Gerald Faulhaber, Edward Zajac, além dos próprios autores do livro e seus colaboradores mais fortes, cujos nomes são constantemente lembrados quando se trata dos conceitos utilizados pela TMC, ou seja: Elizabeth Bailey, Dietrich Fischer, Herman Quirnbach além de Thijs Raa. Baumol *et al.* agradecem enfaticamente aos centros que proporcionaram suas pesquisas: New York University, Bell Laboratories e a Princeton University.

¹² Veja por exemplo, à página 1 do Prefácio, o teor de otimismo constante no discurso de Baumol e os comentários de Shepherd (1984) sobre esta questão.

¹³ (). Tradução sugerida por Elizabeth Farina, em artigo sobre a TMC na Revista de Estudos Econômicos do IPE/USP, 1990, bem como a tradução de outras passagens utilizadas aqui.

¹⁴ conceito de **estrutura industrial eficiente** está ligado e é decorrente de uma **configuração factível e sustentável**. Lembramos a este respeito que somente uma configuração sustentável pode constituir um equilíbrio e levar à minimização de custos e que não existem planos de entrada que gerem lucros mesmo que estes sejam transitórios.

¹⁵ Para referendar nossa afirmação, veja a história do desenvolvimento desses conceitos na *Introdução* elaborada por Elizabeth Bailey para o livro de Baumol *et al.* (1982).

¹⁶ Veja a este respeito o artigo já citado de Elizabeth Farina.

¹⁷ Para exemplos dos desenvolvimentos teóricos e trabalhos empíricos decorrentes da TMC, veja o artigo de Baumol e Willig (op. cit., 1986).

¹⁸ A hipótese de liberdade de entrada, sugerindo a ausência de barreiras, adicionada à saída sem custos, levou Shepherd (1984 e 1992) a indicar, como termo mais apropriado que **mercados contestáveis**, o de '**mercados ultra-livres**', que representaria melhor estas hipóteses, uma vez que nestes não existem lutas ou disputas, como poderia induzir a **contestabilidade**.

¹⁹ Esta análise está feita no Capítulo 7 da tese de doutorado da autora.